

MEMÓRIAS REGIONAIS NO IHGB: OS CENTENÁRIOS DAS REVOLUÇÕES PERNAMBUCANA E FARROUPILHA - 1917 E 1935

REGIONAL MEMORIES IN IHGB: THE CENTENARIES OF PERNAMBUCANA AND FARROUPILHA REVOLUTIONS – 1917 AND 1935

Mara Cristina de Matos Rodrigues¹

Resumo: As comemorações de dois centenários servirão como eixo para estruturar este artigo sobre a releitura de memórias regionais por meio de seus porta-vozes autorizados a intervir no debate historiográfico nacional durante a primeira república. Em 1917 e 1932-1935, respectivamente, as comemorações dos centenários das revoluções pernambucana e farroupilha em sessões solenes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) oportunizaram o acionamento de discursos memoriais e identitários, tendo como pano de fundo o processo mais amplo de republicanização das memórias nacionais em curso desde os primeiros anos após o 15 de novembro de 1899. O principal objetivo deste artigo é compreender as noções de história e as estratégias narrativas conscientes ou não dos intérpretes regionais na busca pela autorização recíproca do passado regional e de sua voz/escrita. Ao mesmo tempo, pretende-se investigar o processo pelo qual as memórias regionais deveriam coadunar-se de forma coerente com a tradição historiográfica e o programa cívico nacional, laboriosa e longamente construídos no IHGB desde o século XIX.

Palavras-chave: Memórias Regionais. Revolução de 1817. Revolução de 1835. IHGB.

Abstract: The celebrations of two centenaries have been used as an axis to structure this paper about the reinterpretation of regional memories by spokespeople entitled to intervene in the national historiographical debate along the first republic period. In 1917 and 1932-1935, respectively, the celebrations of the centenaries of Pernambucana and Farroupilha revolutions in

¹ Professora Adjunta do Departamento de História e do Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

solemn meetings at the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) triggered memorial and identity discourses by having as a background the broader process of republicanization of the national memories occurring since the first years following November 15th, 1899. The main purpose of this paper is to understand the notions of history and the narrative strategies used by regional interpreters, whether consciously or not, in search of reciprocal authorization of the regional past and its voice/writing. Furthermore, the paper aims at investigating the process through which regional memories should coherently match the historiographical tradition and the national civic program, which had been long and painstakingly built at IHGB since the nineteenth century.

Keywords: Regional Memories. 1817 Revolution. 1835 Revolution. IHGB.

OS LIMITES E DESAFIOS DA REPUBLICANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

Em 1896, ao apresentar no IHGB o seu discurso de posse, Joaquim Nabuco se ressentia de uma recente tendência que se verificava na escrita da história nacional: o panteão dos heróis do nosso passado vinha sendo limitado aos nomes daqueles que eram identificados como os próceres da ideia republicana no Brasil - Tiradentes, Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant (RIHGB, t. 59 (2), 1896, p. 310). A despeito do conhecido processo de republicanização da memória nacional, em curso desde os primeiros tempos a proclamação, parece que essa advertência surtiu efeito dentre seus pares. A memória nacional ampliou-se tanto no sentido de evitar o apagamento da memória imperial, como reclamava Nabuco, quanto no sentido de aumentar seu repertório de eventos e heróis republicanos para além daqueles aos quais a historiografia vinha se dedicando nos primeiros anos após o 15 de novembro de 1889. Contudo, a perspectiva de uma história nacional cuja coerência e homogeneidade seriam protegidas sob a égide de um Instituto central se viu enfraquecida nos primeiros anos a República, quando o IHGB perdeu o seu principal patrocinador e “o federalismo estimulou o patriotismo das oligarquias regionais e a criação de institutos históricos nos diversos estados da federação” (Enders, 2010, p. 76). O IHGB na primeira república precisava fazer frente a essa ameaça de fragmentação da memória nacional entre versões republicanas e monárquicas e entre uma variedade de versões regionais que reivindicavam seu espaço desde 1889.

O centenário da revolução pernambucana de 1817 foi oportunidade para o confronto entre versões concorrentes da memória nacional. O Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP) promoveu a comemoração da efeméride no IHGB através da mediação do pernambucano Oliveira Lima, consócio das duas instituições (Ribeiro, 2011, p. 65). Segundo Lúcia Guimarães (2008), a celebração no IHGB atendia às prescrições de Nabuco: enfatizava-se sua vinculação prematura com os movimentos autonomistas do Brasil em relação à metrópole e desqualificava-se a sua caracterização como um motim restrito ao âmbito local.² Ao articulá-la com as ideias e práticas republicanas promovia-se a revolução ao tipo de conflito movido por uma causa justa. Tudo ocorreu da maneira usual nas comemorações solenes do instituto: além da presença dos sócios efetivos e alguns correspondentes, foram convidadas as autoridades políticas e militares da capital da república e dos estados. Naquele mesmo ano de 1917, o IHGB também publicava a *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo Varnhagen, após a descoberta de seus manuscritos no valioso espólio intelectual que o Barão de Rio Branco deixara após sua morte, em 1912. Além disso, o Instituto se envolvia desde 1916 na mobilização pela repatriação dos despojos do imperador Pedro II e os de sua esposa ao Brasil, que aconteceria em 1921 (Guimarães, 2009, p. 71). A memória imperial definitivamente não representava mais uma ameaça ao regime republicano.

Anos mais tarde, a comemoração do centenário farroupilha contaria com aparato semelhante ao de 1917, acrescentando-se eventos alusivos à efeméride já nos três anos precedentes. Em 1932, a pedido de um comitê organizador das comemorações do centenário farroupilha, sediado na capital federal, inaugurou-se no IHGB uma série de sessões temáticas realizadas nos dias vinte de setembro (data da proclamação da República de Piratini, em 1835) até o ano de 1935. Essa duração ampliada da celebração era favorecida pela ascensão do presidente sul-rio-grandense Getúlio Vargas ao poder e o desenvolvimento de uma aliança proveitosa entre este e a direção do Instituto (Guimarães, 2006)³. Contudo, a despeito dos elementos políticos mais imediatos que as possibilitaram, as duas comemorações não podem ser compreendidas sem se considerar os desafios específicos que deveriam enfrentar frente à demanda comum pela integração simultânea da memória política republicana e das memórias regionais de forma coerente e harmônica com a tradição historiográfica que informava a memória nacional no IHGB. A demanda por uma

² A avaliação negativa que se fazia da Revolução pernambucana de 1817 na memória nacional foi explicitamente mencionada por Nabuco. (RIHGB, t. 59 (2), 1896, p. 310)

³ Algumas recentes pesquisas têm mostrado o quanto a memória farroupilha, apesar de espinhosa, não esteve completamente ausente do debate cívico e historiográfico do IHGB no século XIX. Ver HRUBY (2012); BOEIRA (2013); LAMB (2012).

reinterpretação do separatismo farroupilha como forma de reabilitar o movimento para a memória nacional foi explicitada pelo presidente Afonso Celso após a primeira conferência de Souza Docca sobre o assunto, em 1921:

Em nome do Instituto formula ardentes votos para que a tentativa separatista daquela longínqua epocha seja definitivamente a ultima de nossa Historia, e para que, constante política de harmonia, coordenação, justiça, fraternidade, consolide a integridade da Patria, tornando o Brasil cada vez mais unido e forte, de modo que a nenhuma unidade da federação brasileira, ou siquer a qualquer de seus membros, jamais possa occorrer o pensamento de segregar-se da communhão nacional” (RIHGB, t. 90, 1921, p. 837).

No caso da memória farroupilha, para além de sua integração na linhagem do embate entre república e monarquia no Brasil, era necessário simultaneamente fazer frente ao problema do separatismo, já reinterpretado e incorporado na memória da revolução pernambucana.⁴

PERTENCIMENTO REGIONAL E VALORES REPUBLICANOS NA LEGITIMAÇÃO DAS MEMÓRIAS REGIONAIS E DE SEUS PORTA-VOZES

O orador convidado e “incumbido da rememoração” (RIHGB, t. 82,1917, p. 622) da revolução de 1817, Alexandre Barbosa Lima, foi apresentado por Afonso Celso, presidente perpétuo do IHGB, como alguém que estava naturalmente habilitado para este papel tanto por sua vinculação íntima com o movimento quanto pelos seus méritos morais e intelectuais:

filho de Pernambuco, de que, em epocha agitada, foi insignemente magistrado supremo; aliado por affinidade a um dos proceres de 1817; tribuno consagrado; notavel homem de sciencia e de letras; imperterrito em suas convicções politicas; merecedor de geral estima, acatamento e admiração por peregrinos predicaos mentaes e moraes, s. ex. estava naturalmente indicado para a nobre missão, e em tudo aparelhado para executa-la de modo digno de s. ex., do Instituto e do acontecimento a commemorar (RIHGB, t. 82, 1917, p. 622).

Ao exaltar as capacidades do deputado federal e sócio do IHGB para a ocasião, Afonso Celso explicitava o conhecido modelo de apropriação do passado enquanto procedimento de fabricação da memória nacional, atribuindo à comemoração

⁴ Conforme Ribeiro (2011, p. 73 e segs.), Oliveira Lima teria sido um dos responsáveis por amenizar o papel do separatismo na revolução de 1817 em um de seus primeiros estudos históricos de repercussão no cenário nacional, publicado em 1895: *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*.

sobretudo o papel de “aumentar a energia nacional”, cumprindo-se o “programa cívico” a que se dedicava o Instituto, há oitenta anos (RIHGB, t. 82, 1917, p. 624).

De forma semelhante, na sua auto-apresentação, Barbosa Lima demarcava os critérios de sua identificação com o movimento pernambucano, dando maior prioridade à vinculação dele mesmo e também do movimento com os ideais republicanos e com a atitude de rebeldia. Mesmo assim, não deixava de mencionar a relação aludida por Afonso Celso entre a luta dos mártires e a busca pela autonomia em relação à metrópole portuguesa:

Quiz a fatalidade histórica que a um rebelde e obscuro inconfidente de 15 de Novembro, - devoto do heroísmo lendário do incomparável Pernambuco, houvesse hoje de ser dada a palavra para rememorar os feitos e evocar os mártires, confessores da fé republicana, paladinos da independência brasileira, por igual inconfidentes e rebeldes, que a Legalidade ha um século declarou infames”.(RIHGB, t. 82, 1917, p. 624).

A sua autolegitimação enquanto orador, porta-voz da memória do movimento de 1817, passava portanto prioritariamente pelo fato de ser pernambucano e republicano. Pode-se verificar diferenças sutis, mas significativas, na abordagem dessa memória: por um lado Afonso Celso, detentor de laços mais profundos com a tradição monárquica do IHGB, enfatizava naquele movimento a luta pela autonomia da metrópole e, por outro, Barbosa Lima, vinculado ao republicanismo histórico, destacava a prematura vigência de ideias e práticas republicanas na sua terra natal.

Em 1932, uma conferência do tenente coronel Emílio de Souza Docca dava início aos quatro anos de comemoração do centenário farroupilha no IHGB. A apresentação de Souza Docca por Afonso Celso como orador no dia 20 de setembro de 1932 foi rápida. Ele resumiu os seus atributos como alguém cuja múltipla autoridade emanava da condição de oficial do exército, historiador, rio-grandense, distinto pela inteligência e patriotismo (RIHGB, v. 166, 1932, p. 703). Ao evocarmos a oração realizada no ingresso do militar como sócio correspondente no IHGB em 19 de setembro de 1921, em uma das primeiras manifestações abonadoras da revolução farroupilha no IHGB, verificamos que a autoridade do orador já fora fundamentada desde seu ingresso na instituição pela partilha dos atributos morais com a região em nome da qual falava. Ramiz Galvão, na qualidade de orador do Instituto, recebia Souza Docca em 1921 qualificando-o como “irmão dos centauros”, isto é, estendendo os atributos do objeto da sua narrativa (os heróis míticos da revolução farroupilha) ao seu historiador (RIHGB, t. 90, vol 144, 1921, p. 838).

Se a legitimação dos oradores dos centenários comemorados passava pelo seu pertencimento às regiões de que eram porta-vozes, as virtudes republicanas

desempenhariam papéis um pouco distintos nas falas de ambos. Na abertura dos quatro anos de comemorações do centenário farroupilha, Souza Docca destacava os aspectos ideológicos da guerra dos farrapos, situando-os no par república-federação e isentando-os da qualificação de rebelião em prol da mais digna caracterização de revolução:⁵

A cruzada farroupilha foi alimentada por um ideal político: *república e federação*.

A causa principal do levante, consignada no manifesto de Bento Gonçalves, de 25 de setembro de 1835: deposição das autoridades legais, não seria capaz de sustentar aquela luta de gigantes durante um decênio, porque condicionaria o movimento a uma simples revolta e êle foi uma verdadeira revolução (RIHGB, vol. 166, 1932, p. 704).

Contudo, era necessário ir além da mais evidente valorização do caráter revolucionário e republicano do movimento farroupilha efetivada entre os anos de 1921 e 1932 nas conferências de Souza Docca no IHGB. A comparação entre o seu discurso e o de Barbosa Lima, associada à análise de alguns comentários do presidente perpétuo Afonso Celso às falas dos oradores nos centenários, mostra os limites deste procedimento para atender aos requisitos de coerência entre a memória regional e a nacional.

Ao afirmar que “A tirania do Centro foi o germe da idéia federativa no Brasil.” (RIHGB, vol. 166, 1932, p. 727), Souza Docca colocava a luta pelo federalismo farroupilha em uma posição simétrica à que a luta pela independência ocupava no caso da revolução pernambucana. Contudo, a posição geográfica fronteiriça do Rio Grande do Sul obrigava a se matizar o apego dos farrapos às ideologias políticas e priorizar seus sentimentos de pertencimento ao torrão nacional. Os pernambucanos, antes ainda da precoce fundação do IAGP na década de 1860, vinham harmonizando a sua intimidade histórica com os holandeses na construção do imaginário da restauração pernambucana dentro de uma perspectiva nacional (Mello, 2008). A menor distância temporal da revolução farroupilha em relação ao presente associada à mais curta experiência de elaboração erudita da memória local ainda demandava sua depuração dos seus elementos exógenos.⁶

⁵ Sobre a reabilitação da memória farroupilha no IHGB entre 1921 e 1935 tendo como procedimento inicial a reabilitação das individualidades dos seus líderes e depois do seu caráter coletivo (republicano, federalista e brasileiro), ver Rodrigues (2013).

⁶ Mesmo considerando-se a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a tomada da revolução farroupilha como objeto da literatura do Parthenon Literário já na década de 1860 (Lazzari, 2004; Boeira, 2012), podemos afirmar que a sua transformação em objeto *historiográfico* foi resultado sobretudo das obras de Tristão de Alencar Araripe e Joaquim Francisco Assis Brasil no final do século XIX e dos debates desenvolvidos nos anos próximos ao seu centenário (Hruby, 2012; Rodrigues, 2013).

A justificação de Souza Docca para a comemoração antecipada de 1932 fora justamente o centenário do jornal que primeiramente defendeu o federalismo no Rio Grande do Sul. As ideias republicanas, neste caso, apesar de serem colocadas em pé de equilíbrio na abertura e no título da conferência, ficavam em segundo plano quando se compara o papel que elas desempenhavam no discurso de Barbosa Lima sobre o movimento de 1817. Para Docca, “Talvez a República Rio grandense não tivesse existido, si a interpretação do Ato Adicional não tivesse sido em favor do sistema parlamentar” (RIHGB, v. 166, 1932, p. 727). Sob esta perspectiva pode-se entender melhor a importância reiterada pelo presidente Afonso Celso da identificação de Souza Docca antes com os valores do patriotismo, aí incluídas as virtudes militares, do que com o ideário republicano.

Tendo identificado a república como motivação fundamental, mas com diferentes pesos, nas duas revoluções (1817 e 1835) as comemorações conferiam o privilégio da palavra ao lugar de onde se fala: o pertencimento territorial, as afinidades sanguíneas e morais com os heróis do passado. Esta perspectiva de quem vê “por dentro”, que nas apresentações dos oradores conferia a valorização recíproca entre o porta-voz e o seu objeto, tem outros desdobramentos, principalmente na abordagem de Barbosa Lima.

ENTRE A RESSURREIÇÃO DO PASSADO E O MÉTODO CRÍTICO

Barbosa Lima, em 1917, queixava-se do tratamento que a historiografia “seca” e retrógrada dera ao movimento de 1817 durante o império. As contraposições entre a fria crítica (isto é, a postura metódica frente aos documentos) e a verdade, fundamentada na emoção, são constantes ao longo de todo o seu discurso. Em suas palavras, ele não desejava constituir uma “exhaustiva monografia crítica, numerando incidentes, esmiuçando documentos e friamente dissecando personalidades subalternas” (RIHGB, t. 82, 1917, p. 628). Lima almejava atingir a verdade por meio da emoção tal como Michelet, explicitamente evocado como modelo para sua oração:

Pernambucano, profundamente emocionado, tentarei evocar para comover, rememorar para edificar, redizer, nas suas grandes linhas, o que foi o heroico movimento, digno da glorificação com que a Posteridade o vem sagrando, porque inspirado e realizado na direcção e no sentido do Progresso para preponderancia crescente do altruismo sôbre o egoismo ou, no dizer evangelico, da Graça sôbre a Natureza (RIHGB, t. 81, 1917, p. 628).

Barbosa Lima destacava a subjetividade como ferramenta teórica para o acesso à verdade. A denúncia da parcialidade política dos historiadores imperiais colocava a

imparcialidade da crítica metódica sob suspeita por parte de quem tem o privilégio da proximidade, do pertencimento. Aquele que participa da comunidade ligada ao seu passado não somente pelo conhecimento erudito, mas por laços de sentimentos, pode conhecer “por dentro” e ver aquilo que a técnica metódica acabava por ocultar na visada exterior. O outro historiador mencionado por Barbosa Lima, Thomas Carlyle, é invocado para corroborar o modelo forjado na oposição entre duas modalidades de práticas relacionadas com o passado: de um lado, a tradição erudita em sua faceta estéril, reinando entre os mortos, de outro, o poeta sagrado, que é capaz de descer ao submundo dos mortos e retornar com o tesouro vivo.

Apesar de também ter-se apoiado na pertencimento territorial como esteio de sua visão privilegiada sobre o passado sul-rio-grandense, para Souza Docca, os fundamentos teóricos da sua autoridade científica não vinham de Michelet ou Carlyle. Sem invocar nenhuma autoridade deste porte, Docca referia-se somente aos historiadores que o precederam no Rio Grande do Sul e no Brasil sobre o tema da Revolução Farroupilha. Eram Assis Brasil, Tristão Araripe e Alfredo Varella que deviam ser criticados e corrigidos em suas interpretações. O único autor que conferia ao seu estudo algum apoio mais sólido era o gaúcho Alfredo Ferreira Rodrigues, qualificado como “um grande conhecedor da história rio-grandense” (RIHGB, vol 166, 1932, p. 722).

Dentre esses autores, Tristão Araripe era o único que poderia ser enquadrado nos parâmetros da “historiografia seca” denunciada por Barbosa Lima como deturpadora da verdade revelada “por dentro”. Mas esse critério não servia para compreender o que devia ser corrigido nas interpretações dos outros dois eruditos que haviam constituído sólidos pilares da memória regional farroupilha até os anos 1920-30. Na perspectiva de Souza Docca, Assis Brasil e Alfredo Varella erigiam em seus textos alguns obstáculos para a reabilitação da memória farroupilha, já que o primeiro seria o responsável por uma “heresia” repetida até aquele presente - a de que Tito Lívio Zambeccari, italiano de nascimento, seria o “diretor mental” da Revolução Farroupilha⁷ - e o segundo afirmara de forma ainda mais polêmica que o movimento fora separatista e favorável ao ideário e alianças com países do Prata.

No caso da farroupilha, portanto, não se tratava prioritariamente de opor uma memória imperial a outra republicana, embora esse procedimento de fato tenha sido realizado. Era necessário argumentar em torno de algo que na narrativa de Barbosa

⁷ Essa versão havia sido repetida por Basílio de Magalhães nesse mesmo dia. Ver RIHGB, vol 166, 1932, p. 716. Não há registro da conferência ou texto no qual Magalhães teria feito essa afirmação. Entretanto, o mesmo autor responderá a essa crítica de Docca em conferência que realizará nas comemorações do centenário, em 1934 (RIHGB, vol. 169).

Lima sobre o movimento pernambucano não se colocava como um problema: o protagonismo dos brasileiros do Rio Grande do Sul na concepção dos ideais da revolução, frente às ideologias e alianças estrangeiras. Pouco importava que Assis Brasil e Alfredo Varella fossem republicanos e sul-rio-grandenses, era necessário neutralizar suas versões respectivamente “cosmopolita” e “separatista”. Para conhecer a revolução farroupilha por dentro e acessar a verdade oculta nas aparências dos discursos de seus líderes era necessário mais do que a posição política correta ou o pertencimento regional. Era preciso priorizar o pertencimento ao Brasil para se compreender a essência do movimento regional. Além disso, tendo ocorrido após o movimento da independência nacional, ao contrário da pernambucana de 1817, a revolução farroupilha não poderia se beneficiar da aprovação geral dos movimentos motivados pela busca da autonomia e liberdade nacional frente ao despotismo português. Estas distinções entre as releituras das revoluções pernambucana e sul-rio-grandense podem ter representado um papel significativo na definição das formas que as suas narrativas deviam assumir para cumprir o seu desígnio.

O argumento da busca da verdade pela paixão do pertencimento local e da adesão aos ideais republicanos, laboriosamente acionado por Barbosa Lima, ficava bastante prejudicado no caso dos desafios enfrentados por Souza Docca. Para ele esse procedimento se tornava, pelo contrário, suspeito de operar distorções na verdade dos fatos. Assim, o método que autorizava Souza Docca a criticar e propor novas interpretações para as versões que desejava contestar era o mesmo que havia sido rejeitado por Barbosa Lima: a crítica documental. Essa metodologia é que permitia uma reinterpretação dos fatos históricos retificada pelo parâmetro nacionalista. Embora não explicitasse os pressupostos teóricos de sua proposta, Docca fundamentava todas as suas interpretações e as reprovações aos historiadores que o precederam na referência a documentos que ele considerava os mais fidedignos a serem consultados: manifestos das principais lideranças, textos jornalísticos dos ideólogos do movimento, cartas trocadas no período de campanha militar entre os comandantes farrapos e destes com as autoridades do governo imperial, dentre outros. O critério de verdade utilizado pelo historiador se constituía através de uma seleção de testemunhos autorizada pela posição hierárquica do seu autor – nunca invocou testemunhos de populares ou subalternos - e teleologicamente julgada pertinente de acordo com a sua adequação à resolução final do conflito que promoveu a reintegração do estado na comunhão nacional. Esse objetivo seria atingido somente observando-se “uma orientação geral e científica no ensino e cultivo da história, com fundamento nos métodos modernos” (RIHGB, vol 166, 1932, p. 711). Dessa forma, para se compreender

o que revelava um documento, devia-se evitar uma perspectiva excessivamente apaixonada:

O fanatismo político, a ortodoxia das religiões e das seitas, o desejo exibicionista de ser lido pelo grande público, a fantasia do serviço ao estetismo – desvirtuam os acontecimentos, ao sabor das paixões de quem os narra (RIHGB, vol 166, 1932, p. 711).

Para Souza Docca, em direção contrária ao que prescrevia Barbosa Lima, a verdade, com toda a sua carga simbólica e afetiva, resultava da fria crítica documental. Era ela que dava acesso à justa verdade que proporcionava vislumbrar o passado glorioso e os heróis de carne e osso.

É dessa mesma forma que procura desmontar as teses de Assis Brasil e Alfredo Varella sobre o papel do italiano Tito Lívio Zambeccari na concepção ideológica e na condução da revolução. Procede à listagem dos integrantes de uma elite republicana já atuante antes da vinda do italiano ao Rio Grande do Sul e vai cuidadosamente selecionando os trechos em que cada um desses líderes se pronunciou a favor da república em jornais e cartas da época. Ao final de sua longa lista de líderes republicanos sul-rio-grandenses e de iniciativas republicanas genuinamente nacionais, em uma breve frase, Docca afirma:

As provas aduzidas justificam nosso assêrto sôbre a existência no Rio Grande do Sul, em 1835, de uma mentalidade republicana, e evidenciam que essa mentalidade não fora criada pela influência pessoal de estrangeiros (RIHGB, v. 166, 1932, p. 726).

Procedimento semelhante seria utilizado por Souza Docca para centrar fogo contra a interpretação separatista da Revolução Farroupilha, a favor da reinterpretação de sua ideologia como prioritariamente federalista:

Assinalada como ficou, a existência da idéa federativa entre os farroupilhas, antes da revolução de 20 de setembro de 1835, vamos provar a continuidade dessa aspiração política no decurso do decênio heroico.

Limitamo-nos a expor as provas, sem comentários, que aliás se fazem desnecessários, pelo valor dos elementos que passamos a citar (RIHGB, vol 166, 1932, p. 729, grifo meu).

Diante do material criteriosamente selecionado, pretensamente não se faziam necessários investimentos estéticos na narrativa historiográfica com o fim de persuadir seu culto auditório. Os documentos cientificamente selecionados conforme os critérios de coerência com a memória nacional falavam por si. Contudo, a retórica da verdade revelada pelos testemunhos da época incluía rápidos comentários introdutórios aos trechos selecionados, como este, relativo ao ano de 1845:

o maior e mais belo atestado dos sentimentos de brasilidade dos rio-grandenses neste ano – é a paz, que foi feita porque um poder estranho ameaçava a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixará de ecoar em seus corações brasileiros, segundo as magníficas e cívicas expressões do bravo comandante-chefe do exército farroupilha (RIHGB, vol 166, 1932, p. 731).

Como se pode perceber, o amor à pátria estava excluído do tipo de fanatismo político e ortodoxia rejeitados pelo historiador. Este era o eixo prioritário da organização coerente entre as memórias regionais e a tradição historiográfica nacional.

O CRUZAMENTO DAS MEMÓRIAS PERNAMBUCANA E SUL-RIO-GRANDENSE E OS MODOS DE ESCREVER A HISTÓRIA NACIONAL

Em 1935, realizou-se uma sessão especial comemorativa do centenário farroupilha no IHGB, o orador escolhido para a sessão nesta ocasião não foi um sul-rio-grandense, mas o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, também deputado federal e sócio efetivo do Instituto. Como o seu nome evidenciava, era justamente o sobrinho do orador de 1917, Alexandre Barbosa Lima, (RIHGB, vol 170, 1935, p. 317-340). Essa coincidência estabelece um ponto final na linha narrativa que cobre o período enfocado por este artigo, de 1917 a 1935. A síntese operada ao longo dos três anos de celebração do centenário farroupilha, tendo como precedente significativo o centenário da revolução pernambucana, corrobora a laboriosa coerência tramada entre as tradições historiográficas locais e aquelas desenvolvidas ao longo dos anos de existência IHGB.

Após alguns debates desenvolvidos no IHGB, a revolução farroupilha tinha seus heróis reabilitados e era-lhe assegurada sua identidade com os valores republicanos (Rodrigues, 2013). Contudo, novamente se percebe que a sua memória não podia ser reabilitada somente pelo recurso aos seus atributos republicanos. A síntese de elementos díspares entre as memórias regionais de forma coerente com a tradição historiográfica vigente no IHGB exigia que se continuasse a enfrentar o problema do *separatismo*, cuja reinterpretação era fundamental para a integração harmoniosa do movimento farroupilha ao programa cívico do Instituto. Barbosa Lima Sobrinho tentará solucionar esse paradoxo, considerando-o como um “meio”. O modelo da sua comparação era a própria independência do Brasil: esta sim, havia se constituído enquanto um “fim”. Na sua visão teleológica e conciliadora, o orador pernambucano de 1935 interpretou tanto a proclamação da república Piratini quanto o separatismo dos farrapos como estratégias *provisórias* frente ao problema da autonomia. Sua revolução

deveria ser festejada pelas virtudes guerreiras de seus líderes e pela conclusão vitoriosa para a coesão nacional.

Reabilitação e republicanização da memória, embora sejam categorias fundamentais para se compreender a releitura e reintegração de memórias regionais de forma coerente na tradição do IHGB, não podem ser considerados de forma unívoca. É preciso lembrar que mesmo o que chamamos neste artigo de “tradição historiográfica nacional” não foi obra de um processo linear e consensual entre historiadores no IHGB. Segundo Enders (2010: p. 66), mesmo a elaboração da memória do movimento de independência, tal como toda a “invenção de um passado nacional”, já fora uma “tarefa árdua no Brasil dos Bragança”. Posteriormente, no início do período republicano, o movimento da independência passaria a ser compreendido como uma lenta construção retroagindo a Tiradentes (Id, p. 74).

Consequentemente, neste momento da reelaboração das memórias regionais, se o eixo da valorização dos ideais republicanos é o mesmo, há diferentes formas de operacionalizá-la. Essas formas, como vimos nos casos das revoluções de 1817 e 1835, são configuradas não apenas pelas suas motivações políticas, modelos teóricos e diferenças de erudição, mas são *marcadas* sobretudo pela sua trajetória prévia no campo da memória e da historiografia no IHGB. Trata-se novamente de reafirmar a necessidade de se pensar a memória e a escrita da história não apenas em referência à dimensão mais política e social dos seus lugares de produção, mas consideradas igualmente no que tange às demandas de coerência narrativa e explicativa que as acompanham desde o século em que a história se tornou uma ciência.

REFERÊNCIAS

BOEIRA, Luciana. Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-histórico no Brasil Imperial. Tese. Dout. Porto Alegre, PPGH, UFRGS, 2013.

ENDERS, Armelle. “Como se poderia escrever a história do Brasil. Variações acerca do romance nacional do Império à República”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 59-80.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Entre a monarquia e a república: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: LESSA, Mônica L.; FONSECA, Sílvia C. P. de Brito. (orgs.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 151-164.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano". In: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 69-82.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Tese dout. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2012.

LAMB, Nayara Emerick. *História de Farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista*. Diss. Mestr. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, 2012.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*, Tese, Campinas, IFCH-Unicamp, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3^a ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

RIHGB, t. 59 (2), 1896, pp. 309-314.

RIHGB, vol 82, 1917, pp. 619-675.

RIHGB, t. 90, vol 144, 1921, pp. 825-838.

RIHGB, vol 166, 1932, pp. 703-732.

RIHGB, vol 170, 1935, pp. 317-340.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo história e memória: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817*. Tese doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RIO, 2011.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. *Revista Tempo*, vol 19, n. 35, jul-dez 2013, p. 161-183.